

Portugal e o Bloqueio Naval na Grande Guerra

Uma lição aprendida e esquecida

Carlos Jorge Alves Lopes

Trabalho Final de Curso
de
Doutoramento em História
Especialidade em História Contemporânea

Setembro, 2015

Trabalho final de curso a apresentar para cumprimento dos requisitos necessários à conclusão do Curso de Doutoramento em História Contemporânea, de acordo com o disposto no Regulamento do Ciclo de Estudos de Doutoramento da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Maria Fernanda Rollo.

Declaração

Declaro que este Trabalho de Final de Curso é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na biografia.

O candidato,

Lisboa, 10 de Setembro de 2015

Portugal e o Bloqueio Naval na Grande Guerra

Uma lição aprendida e esquecida

Carlos Alves Lopes

PALAVRAS-CHAVE: Bloqueio Naval, Guerra ao Comércio, Marinha de Guerra, Grande Guerra

RESUMO: Durante o conflito de 1914-1918, Portugal e em especial as suas portas de entrada oceânicas estiveram sujeitas a restrições comerciais e por conseguinte de segurança. Os efeitos da guerra tiveram um reflexo directo no fluxo comercial marítimo, cujas consequências consignaram como resultado um bloqueio naval.

Reflexo da guerra submarina alemã sem restrições e do bloqueio naval de superfície aliado, Portugal enquanto país deficitário no que se refere à auto-suficiência necessitava prementemente de garantir a livre circulação de pessoas e mercadorias nos seus portos continentais e insulares. Para garantir esta defesa, a Divisão Naval de Defesa sediada em Lisboa cumpriu um leque variado de missões, desde patrulhas de costa e de alto-mar, até a escoltas de transporte de tropas e de mercadorias para África e para a Europa. Em terra a artilharia costeira efectuou o complemento táctico de defesa fixa.

Até que ponto a defesa naval portuguesa esteve à altura das necessidades nacionais, como se desenrolou a assistência naval aliada no cumprimento da defesa costeira e na defesa da livre circulação de pessoas e mercadorias nas águas territoriais, qual o apoio logístico oferecido a Portugal em troca da sua colaboração no âmbito da intervenção na Grande Guerra e até que ponto a sua posição geográfica continental e insular jogaram a favor da soberania nacional, serão questões a analisar e discutidas no âmbito da investigação.

Por se tratar de uma temática com grande interesse na historiografia internacional e que se encontra ainda pouco estudada em Portugal, pretende-se desenvolver uma tese sobre o bloqueio naval a Portugal durante a Grande Guerra e perceber como o conhecimento histórico sobre a questão pode preparar a Nação para o futuro.

Portugal e o Bloqueio Naval na Grande Guerra

Estado da Questão

Numa nação como Portugal que foi no início do século XX composta por um território continental, quatro arquipélagos atlânticos, territórios em África, na Índia, na China e em Timor, o mar era uma constante geográfica. No entanto, o interesse histórico nacional sobre a relação entre Portugal e Mar tem-se centrado sobre a Época dos Descobrimentos, não tendo existido de forma comparável uma análise deste tema para a Época Contemporânea.

Talvez a explicação se encontre entre as consequências do processo de descolonização que restringiu a dimensão geográfica de Portugal no Mundo, ou a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia que desviou a orientação da Nação da sua relação com o Mar, para uma perspetivação sobre preocupações económicas e sociológicas ligadas à continentalidade europeia e como tal díspares das do Mar.

Sobreveio assim o interesse de aprofundar o conhecimento da actividade marítima, refira-se mercante e de guerra, durante a 1ª República com especial enfoque nas consequências económicas da guerra, em especial nas derivadas do bloqueio naval e da guerra ao comércio, no período de 1916-18.

Quando é que a Nação tomou consciência da fragilidade em que se encontrava? O que foi pensado para mudar a situação? E o que foi feito realmente? São questões que se colocam desde que Portugal foi confrontado com o Ultimato Britânico e que no nosso entendimento terá acordado a consciência nacional para repensar a posição de Portugal perante o Mar. Se são os processos traumáticos que marcam a História de um Povo, terá sido de certeza a Grande Guerra que terá obrigado a uma profunda alteração da postura de Portugal no Mundo.

Limitado por anos de submissão aos interesses económicos britânicos durante o regime monárquico e consequentemente sem uma política externa realmente independente, fruto da aliança centenária com a Grã-Bretanha e do conforto partilhado na *Pax Britannica* em que a Europa vivia, a força naval existente pouco mais tinha do que a

capacidade de defesa costeira, tendo sido deixada a salvaguarda das rotas marítimas nacionais nas mãos da potência naval britânica.

Com a chegada de Agosto de 1914, Portugal foi colocado perante uma situação para a qual a sua marinha mercante e de guerra não estavam dimensionadas, advindo a lume as consequências da falta de estratégia política adequada para a defesa nacional.

Assim é observável que a República teve consciência das consequências do desinvestimento de anos em que se encontravam a marinha mercante e de guerra, e como a guerra ao comércio mundial, desde 1914, e o progressivo aumento de capacidade submarina alemã percepcionavam um bloqueio naval.

Abre-se então a questão de como a República abordou a salvaguarda da soberania nacional e como a força naval contribuiu para esse objectivo, tal como a questão da reorganização naval face aos meios disponíveis e as necessidades operacionais, integradas num quadro de bloqueio naval em tempo de guerra, as quais encetam um percurso de investigação pouco aprofundado ou mesmo quase inexistente nesta área sobre Portugal na Grande Guerra.

Motivados pela possibilidade de investigar este tema, foi verificado não existir no contexto nacional estudos aprofundados sobre a questão da guerra ao comércio e do bloqueio naval, no período da Grande Guerra, tal como se encontra na historiografia internacional, em especial na britânica. São trabalhos de investigação que abordam com maior ou menor profundidade este tema nas suas diversas variantes, sendo que no caso dos autores estrangeiros, estes abordam em geral a situação dos seus próprios países ou das grandes potências e por vezes a dos países neutros, mas não fazem referência a Portugal.

Trata-se de uma temática claramente de dimensão internacional, que não só possibilita um estudo comparado com as soluções tomadas em outros teatros de guerra, como também o estudo da questão do bloqueio naval sobre o território nacional. Para situar o tema no seu tempo há não só a necessidade de entender a produção historiográfica, como entender a evolução da mesma ao longo dos anos, com um especial enfoque sobre o papel da Marinha Mercante e de Guerra na defesa da frente interna nacional. Uma abordagem comparativa com a historiografia internacional e contextualizada é o método que nos propomos seguir e que permitirá retirar da história uma lição para o presente.

A problematização

A experiência de vida ensina que muitas das respostas se encontram em experiências passadas e é neste sentido que uma investigação sobre o tema pode recolher os ensinamentos necessários para que hoje se procure soluções eficientes e se esteja preparado para a inevitabilidade de um futuro conflito à escala mundial.

Assim, para se encontrar uma resposta para a questão do bloqueio naval, há que compreender os efeitos de uma guerra ao comércio e como o conhecimento da situação nacional passada pode ser importante para a formação dos decisores políticos e militares.

O que implicou o bloqueio naval, entre 1914 e 1918, como foram graves as repercussões na circulação de pessoas e mercadorias nos portos nacionais e como a marinha mercante e de guerra foram cruciais para a economia nacional, tanto mais que Portugal continental não tinha fronteira terrestre com qualquer dos países beligerantes aliados, é decididamente um objectivo da investigação. Partimos então da hipótese que os sucessivos governos republicanos apostaram decididamente no desenvolvimento da marinha e que os sucessivos ministros da marinha colocaram um verdadeiro empenho para o conseguirem, tal como os principais interessados, os oficiais da Marinha de Guerra, e que terá sido a conjuntura internacional e o conflito de 1914-18 que forçaram tal objectivo.

Mas Portugal não se encontrava capaz de providenciar sozinho a defesa nacional, e sem a assistência técnica exterior não tinha a possibilidade de dotar a Marinha de Guerra com unidades de combate modernas e eficazes, ou seja, apresentar uma força naval operacional e capaz de defender a soberania nacional e garantir a livre circulação das necessárias unidades mercantes. Sem um arsenal e sem estaleiros modernos e com uma fraca capacidade de produção naval, não apresentava uma solução para a necessária renovação das frotas mercante ou de guerra, ficando apenas a possibilidade de depender de aquisições efectuadas junto de países como a Grã-Bretanha, França e Itália, opção que inviabilizaria qualquer desenvolvimento sustentado da Armada ou Marinha Mercante em tempo de guerra, pela simples alocação das respectivas indústrias navais aos esforços individuais de guerra.

O conflito 1914-18 fez ressurgir a importância da Marinha no contexto da defesa nacional. À Marinha de Guerra foi durante o conflito solicitada a missão de patrulhar a vasta linha costeira para evitar sobressaltos na actividade piscatória, impedir a utilização de zonas

costeiras para o reabastecimento de submarinos inimigos e de fornecer um apoio próximo de defesa e salvamento a navios mercantes aliados e neutros que se deslocavam em trânsito nas águas territoriais portuguesas. As hostilidades marcaram a disrupção das redes comerciais e dos mercados financeiros, colocando a questão do abastecimento dos territórios insulares e do próprio território continental como uma questão urgente, primordial e de defesa.

Portugal durante o conflito ao ficar sem o já referido contacto terrestre directo com os seus aliados ficou numa posição geográfica isolada, uma espécie de “ilha”, e com uma dependência quase exclusiva do abastecimento recebido por via marítima. Cercado por mar, onde decorria uma feroz guerra ao comércio, e sem uma fronteira terrestre com os países aliados, sofreu as consequências económicas do bloqueio naval e não teve qualquer proveito económico derivado da sua posição geográfica, à imagem dos países neutros que tiveram ganhos com o contrabando de mercadorias para a Alemanha ou para a França.

A lição que Portugal aprendeu durante a Grande Guerra terá certamente influenciado a posição não intervencionista (neutra) durante a 2ª Guerra Mundial, e a questão da necessidade de meios operacionais mínimos para defesa dos arquipélagos e do continente terá sido reconhecida. A participação civil através do Corpo Auxiliar de Defesa Marítima, torna o estudo do tema “Portugal e o Bloqueio Naval na Grande Guerra” ainda mais relevante para o conhecimento da História Naval no início do século XX, e contribui para o debate sobre a importância da actividade civil mercante e de recreio, naquilo que pode envolver a defesa da soberania nacional.

Para o estado da arte

A existência de poucos estudos portugueses alusivos à intervenção da marinha nacional na Grande Guerra, transforma a vastíssima bibliografia estrangeira num importante auxílio para a presente investigação, sendo mesmo basilar para viabilizar uma análise comparativa.

Diversos trabalhos internacionais com forte base empírica e decorrente de material em arquivo na área da história marítima foram tomados em consideração no levantamento do estado da arte, em especial trabalhos produzidos no âmbito da historiografia anglo-

saxónica, francesa e espanhola, para coadjuvar a contextualização da Marinha de Guerra Portuguesa no teatro de guerra europeu, inserindo-a no contexto de guerra ao comércio e bloqueio naval, e deste modo num contexto fortemente internacionalizado e reconhecido como História Naval.

Na bibliografia internacional encontramos produções historiográficas com origem na Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, França e Espanha, com especial relevância na análise do tema. Autores como Lance E. Davis, John Hattendorf, Nigel Hawkins, Andrew Lambert¹ e Paul Chack destacam-se e são uma referência para o estudo da questão, sendo necessário não deixar de fazer referência a Sumida e Rosenberg², que contribuíram com os seus trabalhos para uma evolução da historiografia naval e dos quais seguimos as linhas de orientação no rumo tomado na investigação.

Relativamente à historiografia americana verificámos que o enfoque editorial mais comum tem sido sobre as questões estratégicas e análise comparativa sobre a evolução tecnológica da arte da guerra, em especial sobre questões da guerra ao comércio e, porque não houve uma actuação substancial de unidades navais americanas em situações de combate, relevam em grande parte análises efectuadas à actuação alemã e britânica. Actualmente, e certamente por serem detentores da força naval mais poderosa do Mundo, mantêm uma produção quase contínua de artigos e obras dedicadas à História Naval do século XX, muito sobre a 2ª Guerra Mundial, onde se inclui a produção de trabalhos especializados sobre temas como: bloqueio naval, estratégias navais, tecnologia e logística de guerra, que contribuem para a construção de uma perspectiva abrangente do tema.

No contexto da historiografia francesa a questão do bloqueio e guerra ao comércio tem um especial interesse, já que contrariamente às posições Mahanistas anglo-saxónicas, a França seguiu uma linha diversa e orientada de acordo com a sua tradição naval do século XIX de *guerre de course*, a qual consubstanciou a posição estratégica naval conhecida por *Jeune École*. A partir das obras publicadas por Paul Chack e Jacques Louvard, é evidenciada uma forma de defesa organizada com menores meios navais e vocacionada para a defesa directa dos portos, como contramedida ao bloqueio naval, no entanto constatou-se que ainda assim são poucos os artigos ou obras que debatem o tema bloqueio naval no contexto francês.

¹ Andrew Lambert, professor de história naval, do Departamento de Estudos de Guerra do King's College, London.

² Os trabalhos de Sumida e Rosenberg são referidos em "Doing Naval History: essays toward improvement" de John B. Hattendorf, 1917.

Foi muito interessante identificar o crescente interesse por parte da historiografia espanhola sobre o período da Grande Guerra, sendo que para além do bem conhecido historiador Hipólito de la Torre Gómez, outros como Gabriel Cardona e Carolina García Sanz têm contribuído com as suas publicações para a compreensão da actividade naval inimiga junto à Península Ibérica, no contexto da história naval e da segurança terrestre. Espanha continental ao situar-se junto a uma das portas do Mar Mediterrâneo e enquanto país neutro no conflito de 1914-18, delimitava a única fronteira terrestre de Portugal e, assim, o conhecimento desta historiografia para a compreensão do bloqueio naval a Portugal é um dado relevante.

Com uma profícua produção, a historiografia britânica memorialista e académica sobre história naval é uma referência incontornável. Desde a historiografia naval clássica, onde se debatem batalhas navais, até ao nível da biografia, por vezes íntima, desde os heróis até ao marinheiro comum, existe um leque de fontes importantíssimas para a investigação. Orgulhosa da sua história e em particular da sua Marinha, a historiografia naval moderna britânica através do acesso a arquivos entretanto desclassificados, tem apresentado trabalhos da maior relevância para um público interessado sobre temas como: bloqueio naval, defesa dos portos e estuários, a guerra ao comércio, o problema do abastecimento dos beligerantes, as estratégias de defesa de rotas coloniais e as consequências do desenvolvimento tecnológico militar alemão para a evolução de guerra naval. Também não se poderá deixar de referir a existência de publicações sobre o acervo do British National Archives, relativos a documentos anteriormente confidências sobre a actividade dos submarinos alemães entre 1914 e 1918 e que contribuem para a construção de uma perspectiva abrangente do quadro do bloqueio naval a Portugal.

A historiografia nacional na área da História Naval para o período da Grande Guerra não se apresenta tão desenvolvida como se apresenta em relação à intervenção do Exército no teatro de guerra em França ou em Moçambique. No entanto, cumpre destacar os trabalhos de Maurício de Oliveira, António José Telo e Jaime Correia do Inso, como historiadores de referência na historiografia naval nacional, e ainda uma vasta contribuição de trabalhos produzidos por oficiais da Armada, publicados individualmente ou através dos Anais do Clube Militar Naval.

A nível de arquivos foi identificado através de acesso on-line, a existência de referências em catálogo com interesse, para além do já referido British National Archives, nos Archives Nationales France. Para os arquivos nacionais encontra-se em curso um levantamento no: Arquivo Central da Marinha, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Histórico Diplomático, Arquivo Histórico da Assembleia da República e Arquivo Nacional Torre do Tombo, e cujo resultado certamente contribuirá para a validação das hipóteses, como para encontrar respostas para as questões colocadas.

Assim, para a contextualização da orientação da investigação também são de referir outros trabalhos que adicionam de forma directa ou indirecta um contributo para uma abordagem ou mesmo o aprofundar do tema, se bem que neste projecto não existe a intenção de apresentar uma lista de todas as leituras já efectuadas e obras disponíveis, mas antes demonstrar que existem trabalhos sobre o tema em análise, que permitem marcar o ponto de partida da investigação e com o leque de trabalhos seleccionados abordar a História Militar portuguesa e a questão do bloqueio naval durante a Grande Guerra.

Para a Contextualização Geoestratégia

Partindo da questão da localização geoestratégica de Portugal iremos mostrar como a *Pax Britannica*, o rearmamento e desenvolvimento do poder naval alemão, a posição geográfica de França na Europa e as consequências da guerra hispano-americana, influenciaram a capacidade naval da Marinha de Guerra e Marinha Mercante nacionais e tiveram mais tarde um impacto fortíssimo na capacidade de defesa nacional durante o período de 1914-1918.

São vários os trabalhos publicados sobre esta questão, mesmo que não se apresentem directamente como tal. Neste âmbito o trabalho publicado por Gisela Medina Guevara, "as Relações Luso-Alemãs antes da Primeira Guerra Mundial", faz uma abordagem e coloca uma questão fundamental para o posicionamento de Portugal na geoestratégia mundial: a questão do acesso aos portos atlânticos. Evidencia a fragilidade da força diplomática nacional e o esforço da Alemanha para conseguir pontos de abastecimento no Atlântico. Aborda ainda como os territórios portugueses foram vistos pela Alemanha quanto ao seu valor estratégico.

No artigo “A problemática da modernização tecnológica das pequenas marinhas”, do Capitão-de-mar-e-guerra Jorge Beirão Reis, é apresentado um conjunto de definições e objectivos estratégicos que são muito interessantes para o enquadramento da Marinha de Guerra portuguesa no contexto mundial e na definição da sua função na defesa nacional, com uma interessante abordagem sobre as estratégias de outras Marinhas de Guerra europeias. Com a análise apresentada é possível fazer uma extrapolação para o início do século XX e ter um ponto de partida para a análise das insuficiências na especialização da marinha portuguesa.

Também é relevante o trabalho de Ramiro Martins Cardoso, “A organização da Marinha Mercante”, de 1919, pela abordagem coeva que faz sobre o estado da Marinha Mercante durante a Grande Guerra, o estado dos portos e as insuficiências que desvenda com as propostas que vai fazendo ao longo do seu trabalho. É expressa uma interessante e peculiar abordagem sobre o Corpo Auxiliar de Defesa Marítima, capital humano muito importante e pouco estudado, e a perspectiva dos civis incorporados.

Outra obra também importante para compreender a evolução da posição geoestratégica de Portugal e a utilização, ou não, do estuário do Tejo como uma base naval de primeira ordem pela Entente, é apresentada por Guillermo del Castilho, especialista em história ibero-americana, com o enquadramento da evolução da *Pax Britannica* e as hipóteses sobre as razões que terão contribuído para a situação militar naval de Portugal no início do século XX. Uma outra visão sobre a evolução da posição geoestratégica de Portugal continental, insular e colónias pode ser aferida através do trabalho de Phillip Pattee, “At War in Distant Waters”, onde se apresenta a evolução da força naval alemã e o consequente caminho para o fim da *Pax Britannica*.

Para a Contextualização do Bloqueio

As consequências da guerra sobre as economias dos países beligerantes e sobre as economias dos países neutros, durante os anos de 1914-1918, levam a procurar para Portugal uma abordagem comparativa com as economias de países neutros europeus, sejam os países escandinavos, a Holanda ou a Espanha.

Os problemas logísticos e as implicações sobre a frente interna nacional teve em comum o problema da guerra marítima sobre a marinha mercante, a questão do bloqueio naval e a absorção quase total dos meios navais disponíveis no Atlântico Norte para o abastecimento da frente ocidental ou da Grã-Bretanha.

São vários os trabalhos publicados sobre esta questão, como o trabalho publicado por Davis e Engerman, "Naval Blockades in Peace and War", que dá uma interessante perspectiva sobre os bloqueios económicos em tempo de guerra desde o século XVIII, culminando no período da Grande Guerra. Desde a questão da legitimação da actuação em situação de bloqueio, atravessando a questão da evolução da Lei Internacional e como esta foi sendo adaptada às necessidades dos britânicos ou a inadaptação das mesmas à evolução tecnológica da guerra, com a utilização extensiva da arma submarina e inicial da aviação, publicação que se encontra enriquecida com um vasto conjunto de quadros estatísticos.

Dentro deste âmbito é muito interessante o trabalho coordenado por Hans Schmitt, "Neutral Europe between War and Revolution: 1917-1923", que também enquadra um conjunto de dados importantes sobre a evolução do bloqueio naval britânico e consequências sociais.

No trabalho publicado de Luis de la Sierra, oficial da Marinha Espanhola e historiador naval, é feita uma análise sobre o que influenciou o tráfego comercial marítimo ao longo da Grande Guerra, em especial no capítulo dedicado à guerra submarina, onde faz referência à questão do aumento progressivo do custo dos fretes ao longo da guerra, sendo que em Janeiro de 1916 esse valor era cerca de dez vezes mais do que antes do início da guerra, referindo questões técnicas, o aumento de afundamentos de navios mercantes de países neutros e o navegar em zig-zag ao longo da costa portuguesa nas rotas entre Gibraltar e Londres.

Também é possível compreender a perspectiva alemã sobre a execução de um bloqueio e de um contra-bloqueio, através das memórias publicadas do Almirante Scheer, "La Flotte Allemande de Haute Mer Pendant la Guerre Mondiale", versão francesa, onde dedica vários capítulos à questão da guerra submarina e como esta era estrategicamente importante. A importância militar e política da guerra submarina, os métodos de combate e colaboração entre a marinha de superfície e a arma submarina, são abordados no que se

refere à logística de guerra e à forma como esta era vista como uma contramedida ao bloqueio económico britânico.

Também o autor alemão, Otto Groos no seu livro, com uma introdução do Almirante von Tirpitz, discute o conceito de domínio do mar, em particular a importância da guerra ao comércio, a estratégia de combate ao comércio britânico e as diversas formas de bloqueio naval e por último a questão do transporte de tropas.

Outro autor, Robert K. Massie, em "Castles of Steel", faz referência à guerra naval, entre 1914-1918, onde aborda directamente a questão do bloqueio comercial à Alemanha e à aplicação da Lei Internacional sobre mercadorias de contrabando em tempo de guerra, definição que foi oficialmente utilizada após a Conferência de Londres de 1909, onde foi assinada a Declaração Naval de Londres sobre o Direito Internacional da Guerra no Mar. Contribui com um conjunto de pistas para a compreensão do impacto que as restrições comerciais por via marítima trouxeram a outros os países europeus, incluindo Portugal.

No trabalho publicado por Costa Lobo, "Le problème mondial et l'action du Portugal", em 1922, este fez uma abordagem socioeconómica das consequências directas da Grande Guerra em Portugal, com especial interesse sobre greves, alterações de preços e o movimento comercial nacional. Em conjunto com a publicação de Ana Paula Pires, "Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a economia de Guerra" é possível conjugar uma visão consideravelmente ampla sobre os efeitos do bloqueio e a situação geral da frente interna nacional.

Para a Contextualização da Defesa Militar

A frota de navios mercantes nacional esteve sempre integrada em rotas que cruzavam as zonas de guerra. Antes de 1916 cruzavam com a ameaça naval alemã quando do transporte de mercadorias para países neutros, Entente, ou colónias no transporte de tropas portuguesas para África e posteriormente já integrada no transporte de tropas e abastecimentos para Brest. Os múltiplos tipos de navios mercantes, à vela e a vapor, pelas características do tipo de mercadoria a transportar, pela autonomia e pela velocidade, convertiam as missões de escolta em verdadeiros desafios para a defesa dos mesmos, fosse em rotas de alto-mar ou em rotas de cabotagem.

A defesa dos navios mercantes levou a que sempre que possível estes fossem armados, tendo alguns pelas especificidades, em geral os de passageiros, tomado o lugar de cruzadores auxiliares na Marinha, como foi o caso do Pedro Nunes, o Gil Ennes, ou do Gonçalo Zarco. Mais tarde em 1918, com a reintrodução da técnica de comboio naval de protecção, foi conseguido adaptar um sistema de defesa com resultados positivos. Ao problema do bloqueio naval, colocavam-se ainda outros desafios de segurança para a frente interna, como a instabilidade social derivada da actividade política, a questão do perigo espanhol e a questão das forças monárquicas estacionadas além fronteira.

São vários os trabalhos publicados sobre a defesa militar, mesmo que não se apresentem directamente como tal. Neste âmbito o artigo publicado na Revista de Artilharia, n.º886 a 868, em 1997, pelo Major de Artilharia Dias Gonçalves, "A Defesa Aérea Nacional", contribui para a caracterização geral do território nacional e faz uma abordagem sobre as fragilidades de uma defesa do território quando este é geograficamente descontínuo e como as forças armadas estavam e continuam tecnologicamente dependentes da assistência aliada.

A comunicação "Considerações gerais sobre a defesa do porto de Lisboa", do 1º Tenente de Marinha Carlos de Sousa Leal, em 25 de Janeiro de 1916, representa uma visão perspectivada do corpo naval e sobre a realidade que brevemente se avizinhava com a acção de arresto dos navios alemães e austro-húngaros em águas nacionais. Com relevância para as apreciações de carácter tático imediato, apresenta pistas sobre a estratégia de defesa nacional em muito influenciada pelo conhecimento da realidade decorrida durante os quase dois anos de guerra.

Uma das visões especializadas sobre a intervenção da Marinha de Guerra portuguesa no conflito encontra-se espelhada no livro publicado por Jaime Correia do Inso, "A Marinha Portuguesa na Grande Guerra", onde se encontra uma referência específica sobre a defesa da barra de Lisboa, sobre o transporte de tropas e sobre o serviço de comboios.

De uma forma indirecta, mas como referencial para a investigação, a publicação de T. McGovern e B. Smith, "American Coastal Defenses: 1885-1950", representa uma abordagem minuciosa sobre os principais pontos técnicos que deverão ser investigados de forma comparativa, nas estruturas de defesa costeira, sendo que as estruturas de defesa costeira americanas foram referência para a implementação de estruturas defensivas na Europa.

Ainda neste âmbito os trabalhos de Clayton Donnell, “The Forts of the Meuse in World War I” e “The Fortifications of Verdun 1874-1917”, completam o guia a seguir para um levantamento das funcionalidades esperadas no Campo Entrincheirado de Lisboa, ou seja a defesa terrestre e o apoio na interdição da barra do Tejo e em outras fortificações portuárias nacionais.

A questão de um ataque surpresa sobre Lisboa, ou outra localização costeira portuguesa, seria uma hipótese a ponderar caso a Grand Fleet tivesse sido vencida na Batalha da Jutlândia e para compreender como tal eventualmente se processaria é relevante tomar como exemplo o ataque alemão à cidade de Great Yarmouth, na foz do rio Yare na Grã-Bretanha. O trabalho de Daniel Ridley-Kitts, em “The Grand Fleet 1914-19” faz esta abordagem e desenvolve a questão dos ataques costeiros, referindo igualmente a utilização de navios mercantes armados e dos raiders alemães.

O trabalho de António Silva Ribeiro, Capitão-tenente da Marinha de Guerra, no seu artigo “A Importância dos Submarinos para uma Estratégia Naval Portuguesa” é incontornável para o reconhecimento da importância da arma submarina na estratégia delineada para a defesa de Lisboa.

A publicação de Jacques Louvard, “La Guerre Sous-Marine au Commerce”, encontra-se uma resenha sobre a questão moral da guerra submarina e apresenta as causas das alterações estratégicas de defesa marítima. Para o reforço da visão sobre a circulação de submarinos alemães na costa portuguesa é importante perceber a localização dos estaleiros, bases e estações navais dos submersíveis inimigos e como a circulação entre o Atlântico Norte e o Mediterrâneo propiciava uma intervenção constante da arma submarina alemã em águas territoriais nacionais. Neste sentido Gordon Williamson, em “U-Boats of the Kaiser’s Navy”, transmite essa visão.

Entre as publicações internacionais existem poucas referências abonatórias sobre a participação portuguesa na Grande Guerra, mas entre essas existe uma referência muito interessante feita por Lothar von Arnauld de La Prière, comandante do U-139, ao jornalista Lowell Thomas que as publicou no livro “Raiders of the Deep”, que será explorada na tese. Um outro trabalho para se conhecer a actividade dos submarinos alemães e que engloba as rotas junto à costa portuguesa, foi publicado por Hans Joachim Koerver, “German Submarine

Warfare 1914-1918 in the Eyes of British Intelligence”, com ricos detalhes técnicos e uma pormenorizada relação da actividade de cada um dos submarinos alemães.

Contra esse fluxo de submarinos existia a organização de patrulhas de protecção à navegação, da qual nos é dado conhecimento por Adolphe Laurens, Capitão-de-Fragata da Marinha de Guerra francesa, no seu livro “Précis D’Histoire de la Guerre Navale 1914-1918”.

Ligada à questão do tráfego marítimo no Tejo, o trabalho de António de Sant’Ana, de 1957, “Apontamentos para a História dos Pilotos da Barra de Lisboa”, reúne um conjunto de Leis que englobam o período da 1ª República, que de forma indirecta fazem sobressair a organização da actividade portuária e no que se refere ao período entre 1916 e 1918, revela o alistamento dos pilotos da barra como sargentos de manobra na Secção de Auxiliares da Defesa Marítima e a quebra de movimento mercantil e o aumento das taxas de pilotagem. Também a publicação da apresentação do Porto de Lisboa na Conferência sobre o Turismo, patrocinada pela Câmara Municipal de Lisboa, a 15 de Janeiro de 1934, pelo Presidente do Conselho de Administração Geral do Porto de Lisboa, Salvador de Sá Nogueira, faz uma concisa abordagem dos meios materiais e físicos do Porto de Lisboa no período da Grande Guerra e publica um conjunto de gráficos numéricos com valores de entradas e saídas de navios da barra do Tejo, com discriminação por fluxos: malas postais, passageiros e mercadorias.

Por último não se pode deixar de referir a recente publicação de “Portugal face à Grande Guerra 1914-1915”, de João Freire, onde se encontra uma importante síntese sobre a preparação de Portugal para a guerra em África e informação sobre o transporte de tropas.

Assim, com a explanação apresentada é possível constatar que existe uma bibliografia internacional que se debruça sobre o tema, mas que a nível nacional esse mesmo interesse ainda não despertou. A análise da questão do bloqueio naval é particularmente interessante para a compreensão da razão da existência de uma marinha de guerra e perspectivar a intervenção da Armada portuguesa na Grande Guerra.

Por esta razão, as referências indicadas são o ponto de partida para a necessária reflexão sobre a temática proposta e interligação da realidade portuguesa com as realidades internacionais que se cruzam com o objecto de estudo, razão pela qual se torna indispensável a elaboração desta investigação.

Portugal e o Bloqueio Naval na Grande Guerra

Plano de Investigação

Tendo apresentado a forma como o objecto de estudo foi analisado, tanto a nível internacional como nacional, e tendo em conta o potencial que este mesmo tema representa na actualidade derivado da interdependência da globalização económica em que Portugal se encontra inserido, é um tema inovador e insuficientemente trabalhado na historiografia nacional. Importa agora apresentar os objectivos e a metodologia que se irá utilizar, bem como referir os arquivos e fontes disponíveis, uma vez que estes serão a base para concretizar de forma positiva a investigação.

O título provisório para a tese de doutoramento é «Portugal e o Bloqueio Naval na Grande Guerra: Uma lição aprendida e esquecida» e a temática insere-se na área da História Naval, que tem essencialmente expressão nacional através da Comissão Cultural da Marinha, Academia da Marinha e Clube Militar Naval, mas apresenta uma importante e expressiva representação internacional, em particular em países de tradição historiográfica anglo-saxónica.

Desta forma, a temática tem um claro enquadramento em História Contemporânea, com uma relação intrínseca à História Militar, pese embora neste caso em concreto se centre na História Naval portuguesa. Com ligação à organização do quadro naval em tempo de paz e em tempo de guerra, possui ligações com as questões comerciais e do abastecimento da população civil no território nacional, não se esgotando nos meios navais.

A nível cronológico, a temática encontra-se centrada entre os anos de 1914 e 1918, tal como o próprio título sugere. Todavia haverá a necessidade de fazer uma análise retrospectiva do objecto em estudo, a questão do bloqueio naval, bem como da estratégia naval nacional. Neste sentido partimos de 1910, mais propriamente a partir da implantação da República, para a formulação retrospectiva da estratégia naval nacional e de defesa naval com as mudanças sociopolíticas originadas no país. Serão igualmente analisadas as repercussões da lição aprendida e o enquadramento da estratégia naval nacional no período pós-guerra.

Existem assim no projecto duas perspectivas sob as quais é possível observar o objecto da nossa investigação:

a) Um tempo político em que se analisa a evolução do panorama internacional, cujo ponto-chave é a evolução geoestratégica ao longo do caminho para a guerra, e como essa alteração foi sendo acompanhada no quadro nacional;

b) Um tempo cronológico delimitado pelo período do conflito, 1914-1918, através das diversas declarações de guerra e declarações de paz. É sobre este período que decorre a maior parte da investigação, pois foi durante as hostilidades que se observou a maior acção de bloqueio naval e em que a intervenção da Marinha mais reflectiu a sua actuação em defesa da soberania e das condições de sobrevivência dos civis, bem como se observou a alteração da doutrina de defesa e partilha de responsabilidades com os americanos nos Açores e os franceses no Continente.

No que ao objectivo diz respeito, com a presente investigação pretende-se desenvolver o conhecimento junto da comunidade científica e trazer a público uma questão fundamental para a sociedade civil, o bloqueio naval e as consequências da falha de abastecimento de matérias-primas e bens essenciais em tempo de crise, através do reconhecimento do esforço da Marinha durante a Grande Guerra. Esta análise, consubstanciada por uma problematização consistente, permitirá investigar a questão ao longo do período em estudo, bem como as repercussões na estratégia de defesa naval e na vida do cidadão comum.

Analisar profundamente esta questão é da maior importância para um melhor entendimento da história da Grande Guerra em Portugal, permitindo abordar questões como a intervenção da Marinha de Guerra e Mercante em vários teatros, conhecer e aprofundar a evolução da intervenção de Portugal enquanto parte da Entente.

Consideramos que é da maior importância fazer sobressair a relação de força e importância entre o corpo profissional (militar) e auxiliar (civil) na Armada durante a Grande Guerra e ainda remarcar as diferenças entre os teatros de operações, europeu e africano, compreendendo as soluções tomadas em cada um deles. Neste contexto não poderá deixar de ser dado um especial enfoque à Barra do Tejo, no âmbito da “Frente Interna” e das idiossincrasias entre o Exército e a Marinha, entre outras questões.

A questão do bloqueio naval está presente nas agendas científicas e académicas na Europa de hoje, seja num contexto de guerra económica no quadro da globalização (América, Europa, Rússia e China), seja como arma política num quadro de guerra-fria (Ucrânia, Irão e Cuba). A justificação para uma estratégia naval e a procura de uma defesa no âmbito da guerra ao comércio, ou mesmo do bloqueio naval, deve ser procurada no Passado para se responder no Futuro, razão pela qual conhecer a doutrina, a estratégia e a força da Marinha de Guerra e Mercante, permitirá entender essa dinâmica num contexto nacional e internacional, com uma clara aproximação a questões tão actuais como a defesa da soberania sobre as águas territoriais nacionais, no quadro das exigências europeias, evolução tecnológica e cultural.

O objecto de estudo será problematizado e analisado em três pilares aqui propostos como base para as três futuras grandes áreas da tese, as quais poderão ser sintetizadas da seguinte forma:

1) Observação da Marinha portuguesa no Atlântico Sul e Índico durante o conflito. Abordar-se-á questões como:

- a) Presença naval nas colónias e a defesa das rotas comerciais;
- b) A intervenção e o apoio militar nas campanhas em África;
- c) O caso de Cabo Verde e a cooperação internacional durante a Grande Guerra; a questão da cooperação naval entre Portugal e a Grã-Bretanha no Atlântico Sul.

2) Observação da Marinha portuguesa no Atlântico Norte durante o conflito. Abordar-se-á questões como:

- a) A questão do bloqueio naval e da guerra ao comércio; avaliação do impacto do bloqueio naval na frente interna nacional;
- b) Evolução da estratégia naval nacional no quadro da Grande Guerra; a acção da Divisão de Defesa Naval e os serviços de defesa costeira no Norte e Algarve, e ainda o contributo francês para a defesa de Portugal Continental;
- c) O Caso dos Açores e a cooperação internacional durante a Grande Guerra; a questão da cooperação naval entre Portugal e os Estados Unidos da América no Atlântico Norte.

e) A importância da Marinha Mercante e de Pesca no serviço de defesa costeiro e o contributo do Corpo Auxiliar de Defesa Marítima no esforço de guerra.

3) Análise de questões de estratégia naval e de geopolítica, durante o percurso histórico que decorreu entre 1890 até ao final da Grande Guerra, incidindo sobre o desempenho da Marinha portuguesa no contexto internacional, e como a experiência influenciou o futuro da Marinha no pós-guerra, matéria relevante para a compreensão da função actual da Marinha em Portugal.

Estas questões não são limitativas, mas reflectem o potencial intrínseco de investigação em cada uma das áreas. Também reflecte a necessidade de se elaborar um esquema metodológico coerente e que garanta a exequibilidade do mesmo, o que nos leva a optar por um método comparativo, dada a dependência da historiografia internacional e qualitativo sobre os dados a recolher, uma vez que se está a trabalhar sobre um tema pouco investigado em Portugal.

O tema proposto não se esgota com um conjunto restrito de leituras, sendo essencial para a contextualização do objecto de estudo uma contínua assimilação de informação, em muito contida em publicações internacionais, a qual irá ser continuada ao longo da recolha de dados durante a investigação, como forma de auxiliar o desenvolvimento da compreensão do conceito de guerra ao comércio e mais especificamente a questão do bloqueio naval. Assim, para além do necessário esforço por uma actualização contínua sobre o tema ao longo da investigação, dado o dinamismo que a questão apresenta a nível internacional, em Portugal haverá a necessidade de recorrer à Biblioteca Nacional, Biblioteca de Marinha e à Biblioteca da Liga dos Combatentes para recolher informação coeva sobre o tema.

Não deixará de ser necessário consubstanciar a informação coeva com a recolhida na imprensa da época para uma análise da questão e compreensão do reflexo na Frente Interna. Será efectivamente através da imprensa que se poderá medir o efeito do bloqueio naval na economia e estabilidade social, já que a pluralidade de órgãos de informação, jornais ou revistas, reflectiam cada um a sua tendência social ou política na época. Também será imperativo recorrer à legislação, em particular aquela que reflectir questões sobre o abastecimento e o comércio e sobre a organização dos portos, sendo estas fontes indispensáveis para a compreensão da visão oficial dos governos sobre as consequências da

guerra sobre a população civil e a actividade económica, e assim a consulta dos Diários da República torna-se incontornável.

Os Debates Parlamentares são igualmente importantes para se conhecer os projectos relacionados com a defesa nacional e o desenvolvimento estratégico da Marinha, sendo que a consulta das Ordens de Serviço da Marinha e outra documentação em arquivo no Arquivo Central da Marinha será essencial e esclarecedora.

Com base na pré-avaliação efectuada a diversos arquivos, nos quais se efectuou um levantamento de informação, é possível referir que existem dois grandes arquivos que serão referenciais. O maior será o Arquivo Central da Marinha, que encerra um vasto acervo documental sobre o tema com documentos preciosos e alguns inéditos e o Arquivo Histórico Militar, onde se concentra grande parte da documentação sobre a intervenção militar de Portugal na Grande Guerra. Não poderá deixar de se referir o Arquivo Histórico Ultramarino para a questão das colónias e o Arquivo Histórico Diplomático para as questões sobre a colaboração internacional com a Grã-Bretanha e a França. Refira-se que em relação ao objecto de estudo o Arquivo Nacional Torre do Tombo não apresenta um acervo de referência que o coloque ao nível dos anteriormente referidos. Projecta-se, ainda, a consulta de outros arquivos internacionais, para além dos já referidos anteriormente: British National Archives e Archives Nationales France. A consulta dos Archives du Ministère des Affaires Étrangères, em Paris, no que respeita a exército, marinha e economia de Portugal entre 1916 e 1918, o Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores, em Madrid, em especial para recolher informação sobre política externa com Portugal e informação sobre fluxos comerciais, assim como no Archivo Histórico Nacional, também em Madrid. Por último, é ainda considerado como fonte documental a consultar o Gibraltar Archives, no que se refere ao seu acervo sobre a Grande Guerra, em particular sobre a questão dos comboios de navios mercantes e matérias relacionadas com abastecimentos e guerra submarina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (2013), *Portugal e a Grande Guerra: 1914 – 1918*, 2a ed., Vila do Conde, Verso da História.

ARRIFES, Marco Fortunato (2004), *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique 1914-1918*, Lisboa, Cosmos, Instituto da Defesa Nacional.

BELL, A. C. (s.d.), *Os ingleses e o seu bloqueio da fome durante a Grande Guerra em 1914/1915*, [s.l.], [s.n.]

BRANCO, Fernando, (1936), *Novelas Submarinas, Episódios Históricos de Submarinos e Aliados Durante a Grande Guerra*, Lisboa, 2ª ed., Livraria Sá da Costa.

CALLEJA, Eduardo González; Aubert, Paul (2014), *Nidos de Espías*, Madrid, Alianza Editorial.

CAMPOS, José Moreira (1938), *A Luta pelo Poder Naval*, Lisboa, Papelaria Fernandes

CANALES, Carlos; REY, Miguel del (2013), *De Madera y Acero: El resurgir de la armada española*, Madrid, EDAF

CARDONA, Gabriel (2010), *Alfonso XIII, el rey de espadas*, Barcelona, Editorial Planeta.

CARDOSO, Ramiro Martins (1919), *A Organização da Marinha Mercante*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva.

CASTILLO, Guillermo Céspedes del (1991), *La Exploración del Atlántico*, Madrid, Colecciones Mapfre.

CHACK, Paul (1926), *On Se Bat Sur Mer*, Paris, Les Éditions de France.

CLARENCE-SMITH, Gervase (1985), *The third Portuguese empire 1825-1975: A study in economic imperialism*, Manchester, Manchester University Press.

CODERA, Maximiliano Fuentes (2014), *España en la Primera Guerra Mundial: Una movilización cultural*, Madrid, Ediciones Akal.

COMPTON-HALL, Richard (1991), *Submarines and the War at Sea 1914-18*, London, Macmillan London Limited.

COSTA, Pinto da (1934), "Os Oficiais do C.N.G. no Serviço de Minas", Lisboa, Anais do Clube Militar Naval, 64º Ano 1934, Julho e Agosto, pp. 1018-1049.

- CURREY, E.H. (1927), *How We Kept the Sea*, London, Thomas Nelson and Sons, Ltd.
- DAVIS, Lance E.; ENGERMAN, Stanley L. (2006), *Naval Blockades in Peace and War: An Economic History Since 1750*, Cambridge, Cambridge University Press.
- DEROU, Jean (1957), *Les Relations Franco-Portugaises (1910-1926)*, Reimpressão 2010, Collection Libretto, Sorbonne, Publications de la Sorbonne.
- DONNELL, Clayton (2007), *The Forts of the Meuse in World War I*, Oxford, Osprey Publishing.
- DONNELL, Clayton (2011), *The Fortifications of Verdun 1874-1917*, Oxford, Osprey Publishing.
- EVANS, Charles E. (1946), *Memoirs of Lieutenant-Commander Charles E. Evans*, Cardiff, Western Mail & Echi Ltd.
- FARRÈRE, Claude; CHACK, Paul (1929), *A Lucta no Mar 1914*, Porto, Casa Editora de A. Figueirinhas, Lda.
- FRAGA, Luís Manuel Alves de (2001), *O fim da Ambiguidade: A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*, Lisboa, Universitária Editora.
- FRAGA, Luís Manuel Alves de (2010), *Do Intervencionismo ao Sidonismo, Os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República - 1916-1918*, Coimbra, 1ª ed., Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FREIRE, João (2010), *A Marinha e o Poder Político em Portugal no Século XX*, Lisboa, Edições Colibri.
- FREIRE, João (2014), *Portugal face à Grande Guerra 1914-1915*, Lisboa, Edições Colibri.
- GOMÉZ, Hipólito de la Torre (1998), *Na Encruzilhada da Grande Guerra: Portugal e Espanha 1913-1919*, Lisboa, Editorial Estampa.
- GOMÉZ, Hipólito de la Torre (2002), *El Imperio del Rey: Alfonso XIII, Portugal e los ingleses (1907-1916)*, Mérida, Editora Regional de Extremadura.
- GOMÉZ, Hipólito de la Torre (2011), "A I República e a Espanha", em *A Iª República Portuguesa: Diplomacia Guerra e Império*, coord. Filipe Ribeiro de Meneses, Pedro Aires Oliveira, Lisboa, Edições Tinta-da-China, LDA.
- GONÇALVES, Dias (1997), *A Defesa Aérea Nacional*, Lisboa, Revista de Artilharia n.º 886 a 868 de Outubro a Dezembro de 1997, pp. 493-532.
- GOUGH, Berry (2014), *Pax Britannica*, London, Palgrave Macmillan.
- GROSS, Otto (1929), *La Dottrina della Guerra Marittima nella luce del Conflitto Mondiale*, (trad. Wladimiro Pini), Roma, Società Anonima Poligrafica Italiana.

GUEVARA, Gisela Medina (1997), *As Relações Luso-Alemãs antes da Primeira Guerra Mundial: A Questão da Concessão dos Sanatórios da Ilha da Madeira*, Lisboa, Edições Colibri.

HATTENDORF, John B. (1995), *Doing Naval History: Essays Toward Improvement*, Yale-Naval War College Conference 1994.

HAWKINS, Nigel (2002), *The Starvation Blockades: Naval Blockades of WW1*, Barnaley South Yorkshire, Pen & Sword Books Ltd.

HENRIQUES, J. D'Almeida (1940), *Emergências da Navegação Submarina: Perspectiva do emprego do submarino na guerra naval*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia.

HOWARTH, David; HOWARTH, Stephen (1986), *The Story of P&O: The Peninsular and Oriental Steam Navigation Company*, London, Weidenfeld and Nicolson.

KENDALL, Paul (2008), *The Zeebrugge Raid 1918: The Finest Feat of Arms*, Dorchester, Henry Ling Limited.

KOERVER, Hans Joachim (2012), *German Submarine Warfare 1914-1918: in the Eyes of British Intelligence*, 2.^a ed., Berlin, Schaltungsdienst Lange.

LAURENS, Adolphe (1929), *Précis D'Histoire de la Guerre Navale 1914-1918*, Paris. Payot.

LEAL, Carlos de Sousa (1916), "Considerações gerais sobre a defesa do porto de Lisboa", Lisboa, Anais do Club Militar Naval n.º 1 de Janeiro Tomo XLVII-1916, pp. 7-28.

LIDDELL, Hart B.H. (2011), *Estratégia*, Lisboa, Tinta-da-China, pp.201-262.

LOBO, F.M. da Costa (1922), *Le problème mondial: et l'action du Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

LOUREIRO, Carlos Gomes de Amorim (1956), "A História de um Navio: O Gil Eanes", Lisboa, Gabinete de Estudos das Pescas n.º 33, Separata do Jornal da Marinha Mercante, pp. 7-102.

LOUWARD, Jacques (1934), *La Guerre Sous-Marine au Commerce*, Paris, Librairie du Recueil Sirey SA.

MARQUES, Isabel Pestana (2002), *Os portugueses nas trincheiras: um quotidiano de guerra*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.

MARQUES, Isabel Pestana (2008), *Das Trincheiras, com Saudade: A vida quotidiana dos militares portugueses durante a Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros.

MARTINS, Ferreira (1934a), *Portugal na Grande Guerra*, Vol. I, Lisboa, 1º ed., Empresa Editorial Ática.

MARTINS, Ferreira (1934b), *Portugal na Grande Guerra*, Vol. II, Lisboa, 1º ed., Empresa Editorial Ática.

MASSIE, Robert K. (2005), *Castles of Steel: Britain, Germany and the winning of the Great War at Sea*, London, Vintage Books.

MCGOVERN, T.; Smith B. (2006), *American Coastal Defenses 1885-1950*, Oxford, Osprey Publishing.

NOGUEIRA, Salvador de Sá (1934), *Porto de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional.

OLIVEIRA, Maurício de (1944), *O Drama de Canto e Castro: Um monárquico Presidente da República*, Lisboa, 2ª ed., Editora Marítima Colonial, Lda.

OLIVEIRA, Maurício de (1967), *Leotte do Rego: Uma vida ao serviço da Pátria e da Marinha*, Lisboa, Editora Marítimo Colonial, Lda.

OLIVEIRA, Maurício de (1971), *Os Torpedeiros na Marinha Portuguesa*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial.

OLIVEIRA, Maurício; PEREIRA António Maria (1939), *Allô! Allô! «Patrão Lopes», Uma Epopeia de Salvamentos ou a história de um navio popular*, Lisboa, Livraria Editora.

OLIVEIRA, Maurício; PEREIRA, António Maria (1936), *Armada Gloriosa: A Marinha de Guerra Portuguesa no século XX (1900-1936)*, Lisboa, Livraria Editora.

PATTEE, Phillip G. (2013), *At War in Distant Waters: British Colonial Defense in the Great War*, Annapolis (Maryland), Naval Institute Press.

PELLÓN, José Ángel del Río; ADÁN, Luis Miguel Pérez (2010), *Tiburones de Acero: La Guerra Submarina en el Levante Español (1914-1918)*, Cartagena, Divum & Mare Ediciones.

PINTO, José Luís Leiria (2008), *Viagem de La Spezia para Lisboa*, Coleção Documentos - II Série n.º3, Edições Culturais da Marinha.

PIRES, Ana Paula (2009), *Portugal e a I Guerra Mundial: A República e a economia de Guerra*, Lisboa, Caleidoscópio.

PRATA, Ana (2011), *Políticas Portuárias na I República (1880-1929)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio-Edição e Artes Gráficas, SA.

REIS, Jorge Beirão (1996), "A Problemática da Modernização Tecnológica das Pequenas Marinhas", Lisboa, Revista Anais, Instituto superior Naval de Guerra, N.º 10, Novembro de 1996.

RIBEIRO, António Silva (1993), "A Importância dos submarinos para uma Estratégia Naval Portuguesa", Lisboa, Anais do Clube Militar Naval, Vol CXXIII, Abril-Junho 1993, pp. 263-305.

RIDLEY-KITTS, Daniel G. (2013), *The Grand Fleet 1914-19: The Royal Navy in the First World War*, Gloucestershire, The History Press.

S.A. (1919), *The Effect Of The War On European Neutrals (1919)*, New York, Guaranty Trust Company of New York.

SALVADÓ, Francisco J. Romero (2002), *España 1914-1918: Entre la Guerra y la revolución*, Barcelona, Editorial Crítica.

SANT'ANA, António H. De (1957), *Apontamentos para a História dos Pilotos da Barra de Lisboa*, Lisboa, Casa Mendonça.

SANTOS, José Ferreira dos (2008), *Navios da Armada Portuguesa na Grande Guerra*, Lisboa, Academia de Marinha.

SANZ, Carolina García (2011), *La Primeira Guerra Mundial en el Estrecho de Gibraltar: Economía, política y Relaciones Internacionales*, Madrid, CSIC, Universidad de Sevilla.

SANZ, Fernando García (2014), *España en la Gran Guerra*, Madrid, Galaxia Gutenberg y Circulo de Lectores.

SCHEER (1924), *La Flotte Allemande de Haute Mer pendant la Guerre Mondiale*, (trad. André Cogniet), Paris, 2ª ed. (1928), Collection de Mémoires, Études et Documents pour servir a L'Histoire de la Guerre Mondiale.

SCHMITT, Hans A. (1988), *Neutral Europe between War and Revolution: 1917-23*, Charlottesville, University Press of Virginia.

SIERRA, Luis de la (2006), *El Mar en la Gran Guerra: 1914-1918*, Barcelona, Editorial Juventud.

SILVA, Baldaque (1913), *Portos e Canaes*, (edição Fac Simile), Aveiro, Mare Liberum Editora.

SILVA, Henrique Corrêa da (Paço d'Arcos), (1931), *Memórias de Guerra no Mar*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

SILVA, Pereira (1935), "Política Naval: A Balança do Poder Naval e a sua Evolução", Lisboa, Anais do Clube Militar Naval, 65º Ano 1935, Julho e Agosto, pp. 193-227.

SILVA-JÚNIOR, F. da Silva (1951), *Génese e Evolução do Património Naval*, Lisboa, Tipografia Silvas, Lda.

TADEU, Viriato (1984), *Quando a Marinha Tinha Asas...: Anotações para a história da aviação naval portuguesa (1916-1952)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha.

TELLES, Bazilio (1918), *O Flagelo dos Mares*, Porto, Tipografia da Renascença Portuguesa.

TELO, António José (1993), *Os Açores e o Controlo do Atlântico (1898/1948)*, Porto, Edições ASA.

TELO, António José (1999), *Homens, Doutrinas e Organização 1824-1974, (Tomo I)*, Lisboa, Academia de Marinha.

THOMAS, Lowell (1929), *Raiders of the Deep*, Cornwall, Periscope Publishing Ltd.

VENTURA, António (2013), *A Marinha de Guerra Portuguesa e a Maçonaria*, Lisboa, Nova Veja.

VV.AA. (1945), *Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval: 1845-1945*, Lisboa, Tipografia da União Gráfica.

WHITE, W.H. (1894), *Manual of Naval Architecture*, 3^o ed., London, William Clowes and Sons, Limited.

WILLIAMSON, Gordon (2002), *U-Boats of the Kaiser's Navy*, Oxford, Osprey Publishing.